



## **RACISMO AMBIENTAL NO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO: as injustiças e as lutas dos movimentos sociais pela garantia do direito dos atingidos(as) no município de Barra Longa/MG**

### **Autores:**

Laura Lanna Carneiro - UFJF - lauralannac@gmail.com

Amanda Fernandes de Oliveira - UFOP - arq.amandafernandes@hotmail.com

### **Resumo:**

O rejeito proveniente do rompimento da Barragem de Fundão decaiu sobre populações estruturalmente negras. Tal fato, somado a trajetória da escolha do local de alocação da barragem de rejeito caracterizam um processo de racismo ambiental. Este racismo é reforçado na reconstrução do município de Barra Longa, sendo visível a distinção no tratamento e nos processos de escolhas, notadamente entre as zonas rurais e a zona urbana, exercida pela Fundação Renova. A partir de relatos dos atingidos(as), da assessoria técnica AEDAS e das percepções das autoras, este artigo pretende evidenciar a mobilização e luta das comunidades rurais por seus direitos, assistido pela presença dos movimentos sociais no território. As reflexões apontam a importância do movimento social para construção da verdadeira participação das populações atingidas na luta pela reconquista do seu território e dos seus modos de vida, além de apontar questões sobre as injustiças ambientais na perspectiva do racismo ambiental.

# **RACISMO AMBIENTAL NO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO: as injustiças e as lutas dos movimentos sociais pela garantia do direito dos atingidos(as) no município de Barra Longa/MG**

## **INTRODUÇÃO: precedentes do rompimento**

O rompimento da barragem de rejeito de Fundão e seus impactos demandam uma reflexão em relação a disposição de rejeitos da mineração, e como a mineração vem por anos se mostrando uma atividade extrativista-predatória perante o modelo de sociedade capitalista e sua perspectiva de desenvolvimento.

A exploração mineral no Brasil acontece desde do século XVIII, quando foram abertas as primeiras minas de ouro. No estado de Minas Gerais, esta atividade aconteceu predominantemente na perspectiva da escravidão, para Galeano (2010 p. 85) a “explosão do ouro não só incrementou a importação de escravos, mas também absorveu boa parte da mão de obra negra empregada nas plantações de cana-de-açúcar e tabaco de outras regiões do Brasil, [...] era insaciável a fome de escravos”. A partir dos anos de 1970, a extração do ouro decaiu, sobressaltando o minério de ferro, processo que culmina na dependência econômica do Estado brasileiro sobre esse setor,

a dependência do Estado brasileiro em relação a esse setor assim como a respectiva relação entre diferentes esferas do governo seja municipal, estadual ou federal e as empresas mineradoras tem um caráter histórico relevante. Desde a sua inserção no sistema-mundo capitalista, o território brasileiro (e latino-americano) é utilizado como uma fonte de recursos naturais, no qual o setor mineral está inserido, voltado para atender às demandas da metrópole. Apesar de ter passado por reestruturações políticas, econômicas e sociais, essa característica de uma economia extremamente dependente da exploração de recursos naturais se mantém até a atualidade (LEROY, 2014 p. 27).

De acordo com Almeida (2018), o racismo é uma forma de discriminação sistemática que se utiliza da raça como seu principal fundamento, diferentemente do preconceito e da discriminação. O racismo é dominação, ele se manifesta na sociedade de maneiras práticas conscientes ou inconscientes, resultando em privilégios ou desvantagens para os indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual eles fazem parte. A concepção do racismo institucional possui como alicerce principal que as práticas institucionais perpassem pelos conflitos raciais dos próprios indivíduos que as gerem. Determinados grupos raciais buscam impor seus interesses econômicos e políticos, desfrutando de mecanismos institucionalizados para exercer a desigualdade racial.

Na contemporaneidade apesar de não possuir o caráter racial quanto aos trabalhadores da extração do minério, a localização dos resíduos provenientes dessa extração, armazenadas em barragens de rejeito, recai sobre grupos étnicos mais vulneráveis, ao se considerar um possível rompimento dessas estruturas. Para Acselrad (p.109, 2009), a escolha desses locais “não é aleatória, mas motivada pelas características socioeconômicas e raciais da população”.

Seguindo este pensamento, Wanderley (2015) analisa a composição das principais comunidades atingidas pela lama de rejeito do rompimento da barragem de rejeito de Fundão, desastre-crime que concretiza a afirmação anterior. No município de Mariana, o povoado de Bento Rodrigues apresenta 84,3% de sua população negra<sup>1</sup>, Paracatu de Baixo 80%, seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte no município de Barra Longa o povoado de Gesteira contem 70,4% e na cidade de Barra Longa a porcentagem é de 60,3%, tal fato caracteriza condições de racismo ambiental.

O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta ideia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. (...) A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental. (BULLARD, 2005)

Diante do exposto, é crucial apresentar como ocorreu o processo do licenciamento da barragem de rejeito supracitada, processo que reforça o racismo ambiental. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA), produzido em 2005 pela consultora Brandt Meio Ambiente, aponta a barragem do Fundão como a última a entrar em atividade das três barragens de rejeito no complexo de extração minerária da Samarco em Mariana. Até esta data, a empresa utilizava a barragem de Germano para disposição dos rejeitos. Com o fim da vida útil da Barragem do Germano e novas expansões previstas e necessárias para obtenção de lucro, a empresa passou a buscar novos locais. Seguindo as alternativas propostas no EIA o barramento poderia ser construído em três localidades: vale do córrego do Fundão, vale do córrego Natividade e vale do córrego Brumado – todos estes próximos a mina do Germano, sendo que o vale do Brumado já era visado como uma alternativa de uma futura barragem de rejeito.

A utilização do Córrego do Fundão trazia consigo uma economia por parte da empresa, a qual reaproveitaria todo o sistema já presente da microbacia de Germano. Em contrapartida, as outras duas opções, localizadas em microbacias distintas, não apresentavam riscos diretos a comunidade de Bento Rodrigues caso ocorresse algum rompimento. Desde modo:

‘[...] chama a atenção o fato da barragem do Fundão ser a única opção, dentre as três alternativas, que produziria impactos e efeito cumulativo diretos sobre as barragens do Germano, ao lado, e Santarém, a jusante, esta

---

<sup>1</sup> Pardos e pretos segundo definição do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística - IBGE

última onde se recuperava água para o processo de concentração. ”  
(MANSUR; WANDERLEY; PINTO. In: ZONTA; TROCATE. (Orgs) 2016. p 68).

Para a empresa o efeito acumulativo do impacto e o aumento do risco ao se criar a interconexão fluvial entre as três barragens: Germano, Fundão e Santarém foi considerado como ponto positivo para o licenciamento, esse mencionava apenas a localidade de Bento Rodrigues como área diretamente atingida. Assim, conforme observado por Wanderley (2015) há uma tendência de intensificação do predomínio de população negra quanto maior a exposição às situações de riscos relacionadas à proximidade com a exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco.

Deste modo, após o rompimento da barragem de Fundão é preciso analisar tal racismo sobre outra perspectiva. A necessidade de intervenções nas áreas atingidas do município de Barra Longa, constituídas por duas áreas rurais (Barreto e Gesteira) e uma área urbana (Barra Longa), acarretou em reformas e construções de casas, vias públicas, pontes, terreiros além das indenizações econômicas e materiais. Porém, através da vivência no município e de dados do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) percebe-se distinção sobre as ações realizadas pela empresa, via Fundação Renova<sup>2</sup>, entre as áreas rurais e a área urbana, reformulando o racismo ambiental. Isto posto, este artigo pretende apontar tais distinções, elucidando a mobilização e luta das comunidades rurais por seus direitos. Além de fazer uma reflexão sobre questões de injustiça ambiental na perspectiva do racismo ambiental.

A escolha do termo desastre-crime é devido ao profundo jogo assimétrico de poderes que acontecem após o rompimento da barragem de Fundão, configurando disputas, conflitos entre atingidos, Estado, empresas e demais grupos de interesses. Como apontado por Marques e Nogueira (p.6 2017):

“No âmbito do rompimento da barragem de Fundão, identificamos a disputa pelo significado das palavras onde estão inseridos diferentes discursos e narrativas. A designação do próprio rompimento é denominado pelas empresas responsáveis por ele, por alguns segmentos do Estado e pela mídia hegemônica como um acidente. Nessa perspectiva, significa então, entender o rompimento da barragem como circunstância, incidente, imprevisto, causalidade. Em outra direção, os movimentos sociais, o Ministério Público e segmentos das universidades utilizam as denominações desastre tecnológico, desastre-crime e desastre sócio-tecnológico para se referir ao rompimento”. (MARQUES; NOGUEIRA, 2017)

A simples menção a acidente, desastre ou desastre-crime acabam por definir um posicionamento quanto quem, de onde, porque e o que se fala nesse jogo de forças, de poderes, saberes e subjetividades.

---

<sup>2</sup> “A Fundação Renova tem a missão de implementar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais. Os programas, previstos no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), estão reunidos em duas principais frentes: socioambiental e socioeconômica. ” (Disponível em: < <https://br.linkedin.com/company/funda%C3%A7%C3%A3o-renova>>. Acessado em: 31 de outubro de 2018)

No mais, para realização desse artigo, buscou-se aporte em autores que debatem as questões de racismo e a injustiça ambiental no Brasil, como Acselrad (2010), Almeida (2018) e Leroy (2011). Juntamente com pesquisadores do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) - Wanderley (2015), Gonçalves (2016), Mansur (2016), entre outros - que realizam estudos sobre o racismo ambiental no desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão. A relação de injustiça e racismo ambiental nas comunidades de Gesteira, Barreto comparado a Barra Longa foram construídas a partir de observações pessoais aliadas a pesquisa de campo conjunto com os alunos e professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto do projeto "Observatório do Reassentamento - rede de ações e apoio aos atingidos nos municípios de Mariana e Barra Longa e "Narrativas Atingidas", acrescido de entrevista com a coordenadora da AEDAS (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social). Assim, além dessa introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em outras três partes. A primeira contempla os impactos na comunidade rural de Gesteira e sua luta dentro do processo e espaços de decisões, a segunda aborda os impactos físicos e psicológicos da área urbana de Barra Longa, com ênfase nos distintos modos de tratamento segundo os locais atingidos pela lama. E por fim, uma análise sobre a importância do movimento social no território atingido, proporcionando empoderamento e enormes benefícios aos atingidos.

## APÓS O ROMPIMENTO: impactos em Gesteira

Historicamente, a chegada da lama de rejeitos não foi a primeira catástrofe a passar por Gesteira. Em 1979, uma enchente provocada por uma chuva intensa por vários dias na cabeceira do rio Gualaxo do Norte causou a enchente que inundou uma parte considerável da pequena comunidade. Diante da destruição das casas próximas ao leito do rio, através da doação de um novo terreno pela Arquidiocese de Mariana, os moradores do povoado se juntaram e construíram, com materiais de construções também doados, um novo povoado, chamado "Gesteira de Cima". Esse encontra-se algumas cotas acima do antigo assentamento, situa-se em um topo de morro e a escolha do local no alto se deu em função do receio dos moradores de que uma nova enchente viesse a ocorrer. Apesar da realocação das habitações para a nova Gesteira de Cima ou Mutirão, os quintais produtivos dos atingidos pela enchente de 1979 continuavam a beira do rio Gualaxo do Norte, pois de acordo com os moradores da região a terra é considerada muito fértil e propicia para plantio. A Igreja católica e a escola municipal da comunidade também continuaram no local, garantindo a dinâmica de pessoas e atividades rotineiras. As duas comunidades são próximas uma da outra o que facilita o contato entre seus moradores e a manutenção das relações sócio afetivas construídas quando viviam todos em Gesteira de Baixo.

A mudança de alguns dos moradores para o novo terreno configurou em uma nova formação de Gesteira. No entanto, cerca de 09 famílias optaram por reconstruir suas vidas ainda em Gesteira de Baixo, próxima ao rio. Desta forma, Gesteira de Baixo era composta por moradias e quintais produtivos destas famílias e por 11 terrenos próximos ao rio Gualaxo do Norte que se tornaram quintais e locais de plantio dos moradores que hoje habitam o Mutirão, ou Gesteira de Cima. Estes quintais, ricos em variedade de frutas, legumes e hortaliças abasteciam a comunidade de Gesteira e compunham a dinâmica de trocas entre moradores. Alimentos que traziam saúde e economia para uma comunidade rural e pobre



economicamente. Os moradores consumiam produtos que plantavam e o excedente trocavam entre si estabelecendo dinâmicas características da economia solidária e de autoconsumo.

A comunidade de Gesteira, assim como várias outras localidades ao longo do Rio Doce, os primeiros contatos da população com a mineração ocorreram em razão da chegada da lama de rejeitos. Antes desse evento não mantinham nenhum vínculo com as atividades minerárias. Foi na madrugada de sexta-feira, 06 de novembro de 2015, que Gesteira de Baixo deixou de existir e virou um depósito de lama. Moradores contam que só souberam do que estava acontecendo porque parentes e amigos que estavam em Mariana, distrito a cerca de 60 km se deslocaram até o pequeno povoado para avisar os familiares. Toda a população ribeirinha ao redor do rio Gualaxo do Norte teve que procurar por conta própria locais seguros para que eles pudessem passar a primeira noite antes do resgate chegar.



Imagem 01: Um dos moradores de Gesteira de baixo, Amador, tenta com uma inchada achar seus pertences. Foto tirada dia 07 de novembro de 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/8g6ZPS>>. Acessado em: 15 de outubro de 2018.

Quando a lama passou, Gesteira de Cima ou Mutirão permanecia ileso com relação a suas casas, porém seus habitantes e os moradores que ali se refugiaram da onda de rejeitos ficaram ilhados, sem água e sem luz. A severa estiagem que vinha se alastrando nos últimos dias chegou ao ponto crítico quando o poço de onde jorrava água passou a sair somente lama. Voluntários levaram mantimentos, água e algumas roupas na primeira noite que os atingidos passaram em Gesteira e por mais de dias eles permaneceram sem ajuda e suporte nenhum por parte da empresa nem do poder público. Todos os materiais de higiene pessoal, alimentos

e roupas que inicialmente vieram para os atingidos foram doados por pessoas da região e do país que se solidarizaram com a situação crítica em que esses se encontravam.

No site da Samarco, a primeira notícia apresentada que envolve a comunidade de Gesteira é datada o dia 10 de novembro de 2015, cinco dias após o rompimento. Porém, a nota se resume a uma satisfação da empresa para a população que aguardava notícias sobre o rompimento da Barragem do Fundão e os impactos decorrentes sobre a comunidade de Gesteira.

"Conforme prevê o plano de resposta de emergência da barragem, solicitado pela defesa civil, a Samarco iniciou ontem a comunicação presencial com as comunidades, informando que, de forma preventiva, foram mobilizadas caminhonetes com sirene, disponíveis 24 horas por dia, para alertar sobre qualquer necessidade. Foram avisadas as comunidades de Camargos, Pedras, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, em Mariana, e a comunidade de Gesteira, no município de Barra Longa. (Plano de resposta de emergência. Disponível em: < <https://www.samarco.com/noticia/comunicado-8/>>. Acessada em: 15 de outubro de 2018.)

Esta nota expressa o pouco comprometimento da Samarco com os moradores da comunidade de Gesteira nos primeiros dias pós desastre. As 09 famílias que perderam suas casas, dependeram por dias de ajuda de amigos e familiares próximos para abrigo, alimento e aguardaram que a empresa viesse orientá-los sobre o que fazer.

Após a chegada de funcionários da Samarco iniciou-se o processo de execução do Cadastro Integrado<sup>3</sup> de todos os atingidos e após algumas semanas, as pessoas que haviam perdido suas moradias foram realocados para casas alugadas pagas pela Samarco, onde elas permanecem até hoje esperando o reassentamento ou outro processo de ressarcimento. O critério dos valores dos aluguéis pagos pela Samarco não está no presente estudo pois não foram fornecidos. As casas disponíveis para locação dos desabrigados encontram-se desde Gesteira de Cima, a zona urbana de Barra Longa até a cidade de Mariana. Não houve por parte da Samarco a prioridade de deixar os moradores próximos e/ou próximos de suas antigas rotinas e histórias. O distanciamento das memórias afetivas dos atingidos com suas antigas moradias faz parte de mais uma estratégia da empresa em desvalorizar e precarizar as negociações em busca dos bens exato/próximo aos que eles perderam.

Os processos vinculados ao reassentamento das casas não tiveram início desde o rompimento, embora a empresa tenha submetido dois terrenos à votação pelos moradores

---

<sup>3</sup> O Cadastro Integrado é um questionário extenso e complexo que constitui o instrumento único para o levantamento das perdas e danos das populações atingidas, servindo “como referência de dimensionamento e quantificação de todos os Programas Socioeconômicos” (SYNERGIA, 2016). Organizado em 33 módulos, ou blocos de perguntas que abordam variados temas ou “públicos-alvo”, o questionário apresenta em sua versão digital impressa e atualizada (julho de 2016) um total de 471 páginas.” (Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Amb. GESTA/UFMG. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/5vzP9s>. Acessado em: 15 de outubro de 2018)

de Gesteira de Baixo. Em nota publicada<sup>4</sup> no site da Samarco, no dia 25/06/2016 foram apresentados dois terrenos: um de um (1) hectare, de propriedade do Sr. Clécio e outro de sete (7) hectares. Embora tenha sido apresentado como opção de votação, o terreno de um (1) hectare não possui área compatível com a Gesteira de Baixo, por isso não seria suficiente para a implantação dos lotes. O outro terreno de sete (7) hectares próximo a antiga comunidade, em uma cota mais elevada, é conhecido como terreno dos "Macacos"<sup>5</sup>. Esse último recebeu o maior número de votos e foi o escolhido pela comunidade.

Todo o processo em torno da votação para este terreno aconteceu sem a participação dos moradores da comunidade de Gesteira, visto a apresentação de duas propostas de terreno já com as delimitações definidas e a falta de esclarecimento, por parte da Fundação Renova, em apresentar duas opções sem informar aos atingidos as justificativas ou parâmetros da escolha dos mesmos. Apesar do terreno de sete (7) hectares ser de tamanho semelhante à área anterior de Gesteira de Baixo, este terreno apresentava um limite de expansão, e se encontrava distante ao leito do rio, de forma que não havia como garantir a perpetuação dos modos de vida anteriores ao rompimento. A única participação dos moradores da comunidade se deu ao depositar seu voto em uma urna para a escolha da área da reconstrução da sua nova comunidade. Outro fator marcante neste processo de decisão foi a disponibilização de um material com linguagem técnica de difícil compreensão durante o processo de votação e o não cumprimento de alguns acordos com a comunidade a respeito da compra desse terreno. A falta de informação é considerada uma tática recorrente utilizada por empresas mineradoras, e denunciada pelo MAB, para dificultar a participação efetiva na tomada de decisão nas questões relacionadas à reassentamentos.

Após a votação a empresa explicou aos atingidos que a negociação para tal terreno não havia sido feita, e mesmo sendo votado e escolhido pela comunidade, a empresa não tinha ainda a perspectiva de adquirir tal terreno. Colocar em votação um terreno que não se tinha perspectiva para compra é uma outra estratégia. O sentimento de incerteza e de desinformação ou de informações contraditórias acaba enfraquecendo as relações entre os atingidos e as expectativas com relação aos processos de ressarcimento. É interessante para a empresa que a população local se divida, pois, enfraquecer o vínculo criado entre os moradores que por anos viveram sob fortes relações afetivas, facilita as ações futuras que a empresa esteja planejando, como separar ações coletivas em ações individuais que diminuam economicamente os gastos da empresa nos ressarcimentos e que enfraqueçam o movimento de autonomia e de reivindicações por processos mais justos, por parte das pessoas atingidas.

Quase um ano após a primeira votação do terreno, a Fundação Renova informou à população de Gesteira de Baixo que o terreno eleito e de propriedade dos Macacos não havia sido comprado porque os proprietários não tinham interesse em vendê-lo, apesar de toda negociação. Mais uma vez a Fundação Renova apresentou dois terrenos. O primeiro trata-se novamente do terreno dos Macacos e o outro consiste em uma área de uso capião de um dos atingidos de Gesteira de Baixo. A empresa pleiteava colocar outra vez em votação dois terrenos inviáveis para que em seguida, não tendo os atingidos a possibilidade de escolher nenhum dos terrenos, pudesse então, abrir para o Processo de Indenização Mediada (PIM). É

<sup>4</sup> <https://www.samarco.com/noticia/macacos-was-the-site-chosen-by-the-community-for-the-reconstruction-of-gesteira/>

<sup>5</sup> O termo é usado como referência a família proprietária do terreno, conhecida localmente como família dos Macacos.



importante ressaltar que uma vez implementado o PIM desfaz-se a possibilidade de viabilizar o reassentamento coletivo dessa comunidade contribuindo para a sua desarticulação e desagregação.

Assim, após apresentar à comunidade de Gesteira de Baixo as dificuldades em reassentar as famílias que sofreram perdas de moradias em um novo local, a Samarco S.A iniciou a conversa com os atingidos a respeito do Programa de Indenização Mediada (PIM).

“O Programa de Indenização Mediada (PIM) tem como objetivo ressarcir os impactados de maneira ágil, em comum acordo e sem os trâmites e custos de uma ação judicial. (...) O PIM é aberto a pessoas, famílias, micro e pequenas empresas que tenham sofrido perdas materiais ou referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta e imediata do rompimento. A adesão é voluntária e gratuita. Os interessados que tenham processos judiciais podem aderir ao PIM. Porém, caso concordem com a proposta, devem extinguir o processo para receber o pagamento.” (Esclarecimento sobre o programa de indenização mediada. Fundação Renova. Disponível em: <https://goo.gl/tzQ3Zt>. Acessado em: 12 de outubro de 2018)

De acordo com a própria Fundação Renova, o PIM seria uma forma ágil e rápida de indenizar e reparar as famílias atingidas. Porém, a implementação do PIM fragiliza a luta coletiva pelos direitos dos atingidos por Barragens levando a soluções individuais, além de retirar a possibilidade futura de questionar e reivindicar outros danos sofridos.

Paralelo às questões do reassentamento de Gesteira de Baixo, a empresa reconstruiu o grupo<sup>6</sup> Escolar, também conhecido como Escola Municipal Gustavo Capanema, que foi destruído pela lama de rejeito. Essa escola, antes do rompimento, situava-se em Gesteira de Baixo, mas atendia os alunos de toda comunidade de Gesteira. A empresa construiu a nova sede da Escola em Gesteira de Cima, utilizando o terreno para sua implementação a única praça e ponto de encontro do pequeno povoado. A praça, que fazia parte do cotidiano da população e consistia em um dos poucos espaços de convívio, teve grande parte do seu espaço utilizado para a construção da nova escola. É inquestionável a necessidade da reconstrução da escola, especialmente para o prosseguimento das aulas em um local apropriado<sup>7</sup>, mas são questionáveis a falta de participação popular na escolha do terreno e as características da nova edificação assim como as técnicas construtivas utilizadas.

A falta de esclarecimento sobre como seria a nova escola acarretou distintos entendimentos. No primeiro momento, os moradores afirmaram entender que a edificação teria dois andares, pela forma como o projeto foi apresentado. No entanto, durante a sua construção, o mesmo apresentou apenas um andar térreo, sendo acompanhado por um grande corte realizado na topografia do local para a sua instalação.

---

<sup>6</sup> Denominação informal utilizada pela comunidade de Gesteira e região.

<sup>7</sup> Antes da reconstrução os alunos estavam utilizando um local improvisado (casa), alugada pela Samarco.

Durante a construção, a empresa utilizou um método construtivo baseado em um tipo de tijolo de plástico reciclado para estrutura da escola, alegando a necessidade de rapidez na construção. Tal método utiliza como materiais o concreto e o PVC, e já foi empregado em outras construções realizadas pela mineradora ao longo da bacia do Rio Doce. Porém, este tipo de material, nada usual, barato e de difícil acesso traz em sua utilização grandes questionamentos, principalmente a cerca de possíveis expansões. Além do que, para a manutenção deste tipo de material é necessária mão de obra especializada, uma realidade muito distante da encontrada entre os moradores da localidade. Neste artigo não entraremos no mérito da economia financeira da mineradora em não ter que comprar um novo terreno para a construção do equipamento. Em 07 de dezembro de 2016, a ATA Engenharia juntamente com a Samarco Mineração entregou a escola à população, embora esta apresentasse inúmeros problemas em função do método construtivo, materiais utilizados e implantação.

Como resultado de meses de um processo de negociações, com a forte presença do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) juntamente com os atingidos do distrito sede de Barra Longa, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) começou a atuar em 28 de agosto de 2017 como a assessoria técnica de escolha dos atingidos em Barra Longa.

A volta das discussões a respeito do reassentamento de Gesteira se reiniciaram, com efetivação de duas diretrizes propostas pela assessoria técnica para a tomadas de decisões: a mobilização e conseqüentemente o aumento da participação popular e transparência de informações, colocando os atingidos sempre como o centro das percepções. Os atingidos então, passaram por um processo de reflexão sobre questões como: seus direitos e os deveres da empresa, renda, critérios sobre o reassentamento, entre outros.

Assim, após a realização de várias oficinas, como o auxílio da AEDAS, os atingidos chegaram nos parâmetros e critérios para alcançar a área da poligonal onde aconteceria o reassentamento. O que anteriormente seriam critérios estabelecidos pelas empresas causadoras do Rompimento da Barragem de Fundão, agora seriam pautadas com base na vivência e necessidade da comunidade atingida. Foram apontados inicialmente, sete critérios sobre quem tem direito ao reassentamento, com base nas visões que a comunidade possuía, como exemplo, sobre como coletivamente se organizava nas questões produtivas e em seus modos de vida. Estes critérios foram apresentados em um reunião à Fundação Renova, que após dias estudando a proposta, não teve como ignorar as escolhas dos atingidos, sendo estabelecido então o direito ao reassentamento de pessoas ou unidades familiares: 1) Proprietários/as de terra; 2) Arrendatários/as; 3) Meeiros/as, 4) Posseiros; 5) Assalariados/as rurais ou diaristas; 6) Filhos/as que tinham relação produtiva maior de 18 anos e 7) Herdeiros que tem relação com a terra. Outras diretrizes também foram apresentadas como: 8) Pessoas que garantiriam a convivência familiar e sua ampliação; 9) participam e possuem relação com a terra no sentido de assegurar a continuidade da comunidade e 10) pessoas em área de risco, entretanto a Fundação Renova barrou estes últimos e expos que estes casos seriam estudados individualmente à medida que fossem aparecendo.

Os objetivos do reassentamento aliaram-se a necessidade da continuidade dos modos de vida, organização social da comunidade e os modos de produção e continuidade dos planos de vida. Com isso, de vinte (20) nomes antes apresentados pela Fundação Renova como

representantes de núcleos familiares e/ou atingidos individuais que teriam direito ao reassentamento ampliou-se para trinte e sete (37). A área que seria de sete (7) hectares, semelhante a área anterior atingida, com base nos parâmetros decididos pela comunidade e para abrigar a área para o campo de futebol, as vias de acesso, o espaço de compensação pela perda do rio foi aumentada em torno de quarenta (40) hectares, e está em via de ser comprada.

Apesar de todas essas conquistas, três anos após o rompimento da Barragem, os moradores de Gesteira de Baixo permanecem sem suas casas, seus pertences e seus costumes. Alguns atingidos durante estes meses viveram situações críticas e constrangedoras, pelo fato da empresa Samarco, agora Fundação Renova, ter atrasado os aluguéis das casas em que eles se encontram. Quase todas essas casas estão fora da própria Gesteira, fazendo com que os atingidos se adaptem às novas rotinas e às novas moradias em meio à luta. Adiante, serão abordadas questões a respeito dos movimentos feitos pelos atingidos em prol da conquista dos seus direitos.

## APÓS O ROMPIMENTO: impactos no distrito sede de Barra Longa

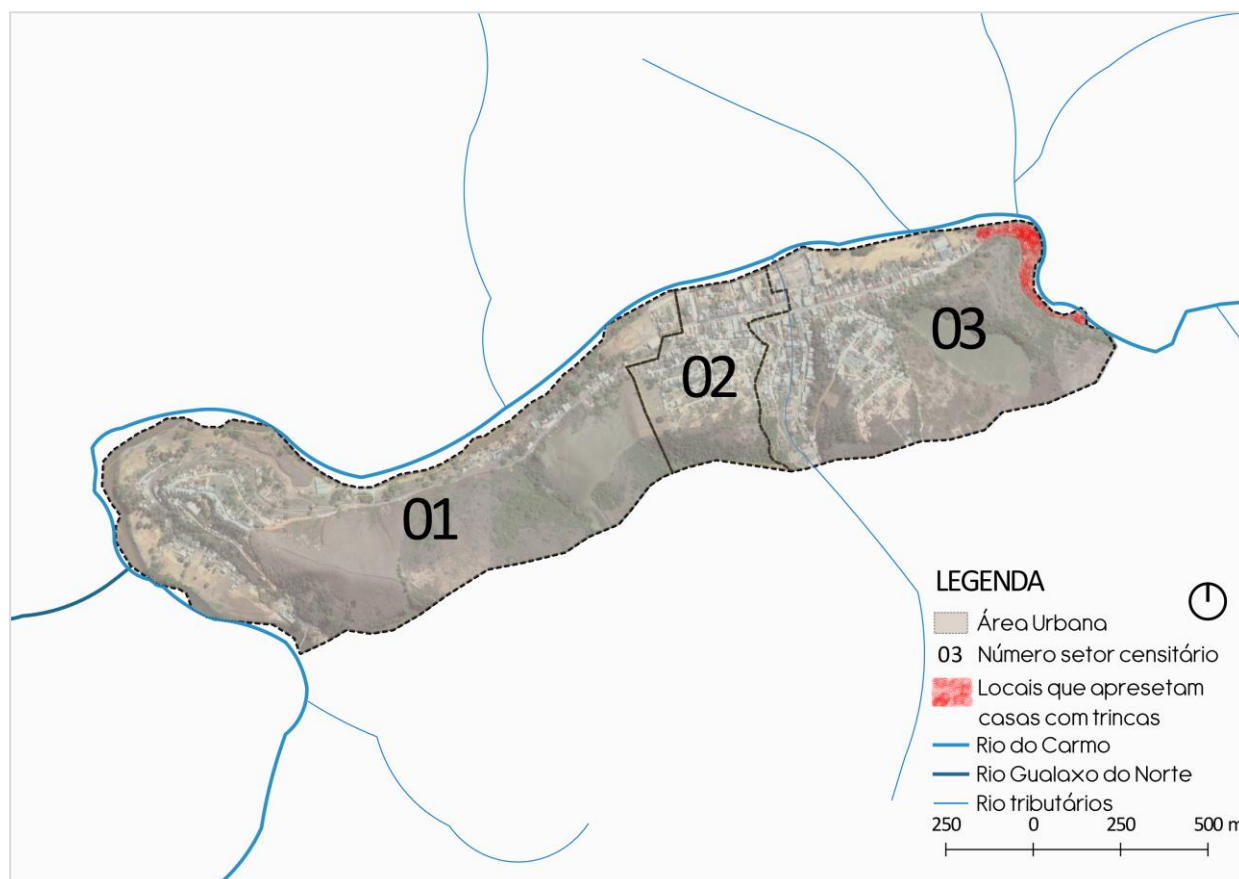
Considerada uma cidade de pequeno porte, segundo informações do IBGE, o distrito sede de Barra Longa apresenta baixa vazão populacional, cerca de duas mil pessoas. Oriundo do encontro do Rios do Carmo e Gualaxo do Norte, o nome do município de Barra Longa também é dado ao seu distrito sede, local onde acontece este encontro. Após passar pelas comunidades rurais de Barreto e Gesteira, a lama de rejeito atingiu o distrito sede de Barra Longa, praticamente 12 horas após o rompimento da barragem em Mariana. De acordo com os moradores da cidade não houve nenhum aviso por parte da empresa Samarco, ou mesmo de entidades do governo. A comunidade foi informada sobre a chegada da lama somente de maneira informal por moradores das comunidades rurais. Carneiro e Stephan (2016) expõem “a pequena população não dormiu naquela noite, vendo descer junto com a lama árvores, carros, móveis, vidas... e também a sua história.”

Apesar de frequente ciclos de inundações do Rio do Carmo na cidade, a onda de lama de rejeito misturada a água ultrapassou a cota do leito maior, alcançando 2,5 metros acima da planície (Costa et al, 2016). Fato que resultou na destruição de residências, dos espaços sociais e de lazer como a praça principal, a prainha, o campo de futebol e a quadra da escola; além do andar térreo de diversas casas que foram tomados pela lama misturada a água,

ondas grossas invadiram ruas e pastagens e ali ficaram, densas, pesadas. Os barralonguenses tornaram-se expectadores que testemunham a destruição de fazendas, escolas, comércios, igrejas (e suas peças históricas), um grande patrimônio, pelos resíduos de minério, sem poder agir. Na beira da calçada, em um ponto mais alto da cidade, o sofrimento era visível nos rostos daqueles que deixaram suas casas e suas camas quentinhas para passar a noite em claro, vendo seus pertences soterrados na lama (CARNEIRO e STEPHAN 2016).

Com toda essa destruição, iniciou-se ainda em 2015 o processo de retirada da lama de rejeito, reforma ou reconstrução das casas, da praça, do campo de futebol. Este processo foi se afirmando no ano de 2016 com a chegada e instalação dos voluntários, trabalhadores da Samarco e empresas terceirizadas da construção civil, pesquisadores, turistas. Aos poucos, a pacata cidade, na qual a população andava nas ruas sem nenhuma preocupação, sem medo, ficou sobrecarregada de pessoas desconhecidas, resultando no aumento quantitativo de restaurantes, movimento de veículos, locação de hotéis e casas. A nova dinâmica propiciou assaltos em bancos, correio, comércios, o espaço e lugares tornaram-se inseguros e incertos a práticas sociais habituais da cidade.

Diante disso, na área urbana cerca de 148 imóveis foram reparados, os quais abrangem casas residências e comércios (dados disponibilizados pela comissão dos atingidos de Barra Longa). Alguns ainda estão em processo de revisão por parte da Fundação, especialmente aqueles que mesmo depois da reforma apresentaram trincas e fissuras impossibilitando o retorno do morador. A maior concentração dessas casas está localizada em áreas vulneráveis a outros impactos que envolvam a dinâmica hídrica e, de acordo com o setor censitário as quais se localizam possuem predominantemente população negra e de baixa renda (70% da população). O mapa abaixo caracteriza essas condições:



Mapa 01 – área urbano do distrito sede de Barra Longa. Elaborado pelas autoras. Fonte: Agencia Nacional das Águas + Instituto Brasileiro Geografia e Estatística.

Os materiais de construção utilizados nas reformas poderiam ser escolhidos pelo proprietário do imóvel, limitado a algumas especificidades definidas pela Samarco. No



entanto, é visível a diferença de materiais em determinadas casas a outras, especialmente dentro do setor censitário supracitado. “Algumas pessoas conseguiam fazer a escolha dos materiais, podiam acompanhar a obra, mas a maioria não, existe uma diferença de tratamento bem expressivo”, argumenta Verônica coordenadora da Assessoria Técnica (entrevista realizada em outubro de 2018).

Relacionado a reconstruções dos espaços de lazer, em uma ordem cronológica, o primeiro entregue pela empresa foi a quadra da escola, que mesmo sendo um imóvel estatual não possui acesso público. Seguindo, a reconstrução da praça, da prainha e do campo de futebol aconteceram simultaneamente. No entanto, a praça Manoel Lino Mol – praça central da cidade – tratada pela Samarco com grande ênfase pois, foi a principal imagem divulgada nas redes sociais sobre os impactos em Barra Longa (imagem 02). A reconstrução da praça contou com um plano de consulta popular denominado “A praça que queremos”, porém, o apelo e escolhas que a população demandou de nada adiantou para a elaboração do projeto da praça. Ao final, a reconstrução foi feita de acordo com as escolhas dos técnicos e ainda contém pavimentação com blocos compostos parcialmente por rejeito, concretizando o desastre/crime no espaço físico da praça. O que chama atenção, no entanto, é a velocidade em que ocorreu a obra, entregue em 30 de outubro de 2016, antes mesmo da remoção dos rejeitos de minério nas áreas externas e dentro das casas da praça, em outras partes do município, especialmente na zona rural, na qual ainda se encontram áreas com rejeitos após 3 anos do rompimento.



IMAGEM 02 – imagem da praça Manoel Lino Mol após a chegada da lama de rejeito. Foto: Daniela Fichino. Fonte: Justiça Global. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/01/AZ0A3483.jpg>. Acessado em: 15 de outubro 2018



O ressarcimento de bens materiais, feito ainda no ano de 2016 ou mesmo em 2017, também ocorreu de forma diferenciada ao longo da área urbana. Segundo morador do setor analisado anteriormente, para conseguir qualquer ressarcimento era necessário “levar o comprovante de compra do produto adquirido, com nota fiscal”, o que limitava ou muitas vezes impossibilitava a reparação do produto. Uma reportagem e denúncia em fevereiro de 2016 feita pelo MAB (Movimento de Atingidos por Barragem) conta a dificuldade de uma senhora moradora do Morro Vermelho na reposição da máquina de lavar,

“assistente social exigiu que ela provasse que tinha realmente necessidade. “Ela me pediu que eu apresentasse um laudo médico que provasse que eu não tenho força para torcer a roupa. Eu tenho osteoporose, tomo vários remédios”, conta surpresa a idosa.” (Reportagem do MAB em Barra Longa. MAB. Disponível em: <http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/2016/02/02/pararepormaqui-na-de-lavar-samarco-exige-que-idosa-prove-incapacidade-de-torcer-roupa/>. Acessado em: 20 de outubro de 2018)

O processo de indenização, que teve início em 2017 encontra-se em andamento. Este processo ocorre segundo o PIM (Programa de Indenização Mediada), apresenta uma matriz de danos deficiente, que desrespeita muitos direitos em especial das mulheres e dos idosos. No entanto, a contratação da Assessoria Técnica em julho de 2017 possibilitou reflexões sobre os processos impostos pela Samarco. Este marco na estruturação dos atingidos contra as injustiças e racismo do desastre-crime será analisado adiante.

## MOVIMENTOS SOCIAIS: mobilização e luta

A mobilização de pessoas externas para o município de Barra Longa após o desastre-crime aconteceu alguns dias após a chegada da lama de rejeito. Eram voluntários, pessoas com doações, pesquisadores, e o representante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem). A colocação dos movimentos sociais frente a grandes desastres é apontada como crucial para garantia dos direitos dos atingidos. De acordo com Miranda (p.218 2009) “os movimentos sociais são ações sociais de caráter sócio-político e cultural, que revelam formas distintas dos indivíduos e grupos se organizar e expressar suas demandas.”

A premissa dos movimentos sociais é contribuir para o fortalecimento da autonomia dos atingidos nos processos de negociação entre Empresa e Estado. Diante de tantos acontecimentos e conflitos, há a necessidade dos atingidos serem protagonistas nos processos de ressarcimento, passando pela questão do reassentamento de casas, áreas produtivas economicamente, áreas de lazer, equipamentos públicos dentre outros temas. A importância da emancipação e empoderamento destas populações é reivindicada por meio de movimentos sociais como MAB (Movimento dos atingidos por barragens), MAM (Movimento pela soberania popular na mineração) e Atingidos pela Vale.

Frente a organização dos atingidos em busca de seus direitos está o MAB, com seus integrantes moradores de Gesteira/Barra Longa, que vem ao longo dos meses construindo com diálogo o fortalecimento e emancipação frente as lutas pelos seus ressarcimentos. É importante ressaltar que nem todos os distritos e vilarejos atingidos possuem comissões

organizadas por atingidos que buscam diariamente seus direitos frente às violências e violações exercidas pela empresa Samarco.

O MAB mesmo criado inicialmente na luta contra as barragens de eletricidade, hidrelétricas, mobilizou-se para organizar a população atingida pela barragem de rejeito de Fundão. A atuação do MAB, no início, foi de enorme importância, buscou-se promover o protagonismo do atingido, a auto-organização e a autonomia na luta pelos seus direitos e na conquista da reconstrução da cidade. Os atingidos não possuíam uma articulação, já que não estavam preparados para tamanha desordem. A psicóloga do município em um depoimento conta:

“Na madrugada, todos tentavam se ajudar de alguma forma, mas era impossível quantificar as perdas. Quando nasceu o dia, quando se conseguiu ver com clareza os estragos tais quais eles eram, a população não conseguia entender e nem mesmo saber o que fazer. Foi então que voluntários que tinham experiência em grandes desastres se colocaram à frente da população para ajudar na organização das pessoas em relação às doações e moradias. O MAB através de um dos seus membros iniciou o trabalho de reunir os atingidos na igreja católica para que soubessem da situação uns dos outros e poderem se ajudar nesse primeiro momento. Nas reuniões eram discutidos os direitos dos atingidos, a situação de cada um. Assim, na tentativa de agilizar o cuidado com a população, foi criada uma comissão a qual ficaria responsável para levar as situações para a Samarco, discutir com eles e resolve-las de acordo com as prioridades. Essa Comissão está funcionando até hoje enquanto dirige as reuniões para alocar famílias que ficaram sem as casas ou que estavam em situação de risco, profissionais que ficaram sem emprego ou que precisavam de água, alimento, roupas e etc.”  
(Relato da psicóloga do município de Barra Longa Luiza Laura em novembro de 2018)

Desta forma, o movimento conquistou o adiantamento de R\$20.000,00 para as famílias que tiveram deslocamento físico com perda material, a ampliação do cartão subsistência para famílias que perderam a renda fixa,

o autoritarismo e a desorganização da empresa na cidade deixaram muitas pessoas sem o direito de receber o salário mínimo, mais 20% por dependente e o valor de uma cesta básica. Após muitas mobilizações dos atingidos, a empresa ampliou mais de 100 cartões na cidade e esta semana vai entregar novos, sobretudo para famílias que foram atingidas nos quintais (Nota de uma reunião de autoria de Thiago Alves representante do MAB em Barra Longa. Disponível em: <http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/2016/05/19/atingidospressio-nam-samarco-e-ampliam-direitos-em-barra-longa/>. Acessado em: 18 de setembro de 2018).

Outros avanços estão no campo da saúde, com a contratação de médicos especialistas, psicólogos e assistentes sociais visto que a procura em postos de saúde teve um

aumento de 100% segundo dados da secretaria de saúde do município. O reestabelecimento de 8 famílias retiradas do parque de exposição, local onde a lama foi realocada depois de retirada da área central, que conviveram com a poeira da lama de rejeito por 1 ano e 7 meses. Além da mais importante conquista, a contratação de uma Assessoria Técnica – conquista advinda do MAB com a população – para auxílio dos atingidos/as frente aos técnicos da Samarco, agora Fundação Renova, especialmente a população da zona rural. O jornal A Sirene fez um relato a respeito da assessoria:

A equipe começou a atuar em agosto de 2017, com o desafio de construir, juntamente com os atingidos e atingidas, um processo organizativo para discutir, propor, avaliar e pautar direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que foram violados com o rompimento da Barragem de Fundão. Nesses dois primeiros meses, os relatos e preocupações colhidos nos grupos de bases estão ligados, principalmente, ao reassentamento de Gesteira, à reforma de casas, aos quintais que foram atingidos e não foram reconstruídos, à saúde dos moradores que sofrem até hoje pela convivência com a poeira da lama e com o trauma gerado pelas mudanças de rotina. (Jornal A Sirene. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/cotidiano/2017/11/28/mariana-barra-longa-redes-de-apoio-comunidades-atingidas-decioes>. Acessado em: 10 de novembro de 2018).

A contratação da Assessoria Técnica aconteceu via AEDAS (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social) e conta com 13 profissionais da área de agrárias, arquitetura e urbanismo, assistente social, direito, psicologia e ciências sociais. Diferente dos programas administrados pela Fundação Renova, elaborados em gabinete restrito a técnicos, as atividades desenvolvidas até o momento pela Assessoria vão ao encontro de demandas apontadas pelos próprios atingidos, tanto no distrito sede quanto na área rural. A forma operacional realizada pela AEDAS partiu da organização de grupos de base, formados de acordo com a proximidade dos atingidos, por grupos de ruas. Diante disso, foram constituídos 20 grupos de base – 17 na área urbana, 2 em Gesteira e 1 em Barreto. Estes grupos elencaram atividades prioritárias para intervenção, são elas: a moradia, a perda de renda, a indenização e restrito ao grupo de Gesteira o reassentamento.

O debate sobre a moradia foi amplamente discutido nos 20 grupos de base, pois além das 167 edificações atingidas diretamente pela lama de rejeito, somando a área rural e a área urbana, o trânsito ininterrupto de caminhões utilizados para reconstrução da cidade, provocou impactos estruturais em outras construções, expandido consideravelmente este número. O reconhecimento desse impacto e também dessas pessoas fez-se dificilmente, uma vez que foi impossível comprovar o grau do abalo individual em cada casa. Assim, como metodologia a AEDAS adotou “a auto declaração e o testemunho da comunidade” respaldando os abalos, ressalta Verônica responsável pela Assessoria Técnica em entrevista, 2018.

A perda de renda foi assistida por todos, proprietários de comércios, produtores rurais, artesãos, pescadores e também famílias que praticavam a agricultura de subsistência ou mesmo o trabalho informal. Diante desse fato, e com um programa de auxílio financeiro

emergencial defasado e injusto, implicando em desavenças entre famílias e vizinhos, foi demandado discursões a respeito do abalo a renda. O programa mencionado anteriormente disponibilizava um cartão financeiro para quem eles definiam como detentor da renda principal, normalmente o homem, caracterizando uma escolha notadamente patriarcal. Esse tipo de visão também foi abordado com relação a indenização, ou seja, houve exclusão de atividades pontuais, principalmente as realizadas pela mulher. Um esforço contrário, nos grupos de base juntamente com a Assessoria Técnica elaboram concomitante o aumento do reconhecimento para além da renda principal, uma matriz de danos mais abrangente e justa, sistematizando e organizando parâmetros e critérios para esse debate.

O povoado de Gesteira foi o único, no município de Barra Longa, onde houve destruição completa de imóveis. Sendo, assim, o primeiro a mencionar a demanda do reassentamento no grupo de base. Para a Fundação Renova o reassentamento deveria ocorrer apenas para as 09 famílias que tiveram perdas de casas, a escola e a igreja católica. No entanto, no grupo de base os atingidos apontaram a necessidade de adição das famílias que tinham propriedades às margens do Rio Gualaxo do Norte, além dos arrendatários/as, meeiros/as, posseiros/as, assalariados/as rurais ou diaristas, filhos/as que tinham relação produtiva maior de 18 anos, herdeiros que tem relação com a terra, familiares que participam e possuem relação com a terra no sentido de garantir a continuidade da comunidade e famílias que estão em área de risco. Este aumento resultou no acréscimo de famílias e expansão em hectares do terreno que será adquirido. Os critérios elaborados nos grupos de base buscam assegurar o acesso a informação e a participação efetiva das famílias envolvidas no planejamento, nas tomadas de decisão e na realização do reassentamento, a garantia da reprodução dos modos de vida da comunidade, compensação pelas perdas coletivas: espaço de socialização e convivência, e proximidade do terreno a comunidade de Gesteira.

Toda mobilização da comunidade, especialmente com o auxílio da assessoria técnica enfatiza e evidencia a importância do movimento social na conquista de direitos frente a grandes empresas mineradoras. O reconhecimento de atingidos, excluídos pela Renova, e também a importância da participação da população em decisões que irão impactá-los reforçam todo esse processo. A participação só existe quando as pessoas entendem de fato o que irá acontecer, como isso irá acontecer e quais as implicações disso em suas vidas, quando podem participar das escolhas sobre o território o qual fazem parte.

## REFLEXÕES FINAIS

A distinção atribuída pela Samarco e agora Fundação Renova entre a zona rural e a zona urbana, e também em determinadas áreas da zona urbana, é evidente. Este fato nos faz relacionar esses diferentes modos de tratamento com o grau de escolaridade, a distribuição de renda e também a cor/raça da população abdicada. Desta forma, mesmo sem controle sobre os locais onde a lama iria alcançar dentro no município, o tratamento desigual recebido pela população após o desastre revela traços de racismo ambiental. Racismo este que se iniciou na escolha do local da instalação da barragem de Fundão, sendo acentuado após o rompimento da mesma. Desta forma, apesar do município de Barra Longa não possuir extração mineral em seu território, a localização da barragem de rejeito de Fundão, fundamenta tal argumento, uma vez que, o município estudado nem sequer aparece como

área de impacto no licenciamento da barragem de Fundão e apresenta uma composição racial acentuadamente negra, e vulneravelmente desprivilegiada.

As incertezas de reparação material e econômica dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, mesmo diante dos programas elaborados pela Fundação Renova, somado a ausência de reconhecimento de inúmeros atingidos, resulta na presença de um importante agente sobre o território: os movimentos sociais. Estes foram e são cruciais para a garantia dos direitos dos atingidos. Assim, estruturados a partir de grupos de base, organização proposta pela Assistência Técnica, os atingidos do município de Barra Longa conseguiram elucidar e apontar as verdadeiras necessidades após o desastre-crime. Os encontros demonstraram que a participação ativa dos atingidos apontam questões assertivas e que envolvem a realidade da vida da comunidade.

A assessoria técnica e o MAB trouxeram a Fundação Renova para o território da comunidade, visando restringir o modo como a empresa age sob as escolhas e direitos dos atingidos. É nas comunidades que os atingidos se sentem à vontade e fortalecidos para não se deixarem levar pelo comportamento controlado e imposto pelas empresas. Essas ações redimensionam os diálogos que são travados e geram decisões mais democráticas por serem tomadas em locais democráticos. Ainda há muitos espaços de luta à serem conquistados, como por exemplo o Conselho Curador da Fundação Renova, um espaço tomado majoritariamente pelas empresas, no qual apenas duas cadeiras são ocupadas por atingidos enquanto há seis ocupadas por representantes dos interesses da Samarco, Vale e BHP Billiton.

Em um contexto político que propõe a criminalização dos movimentos sociais, é importante fortalecer a luta daqueles que lutam pela garantia de direitos em espaços de disputas. O grande desafio dos atingidos é como enfrentar o poder mantido pelas empresas sobre os órgãos ambientais e os governamentais, enfrentar o choque de forças desproporcionais sobre as populações atingidas. Só o povo organizado é capaz de enfrentar os poderes, só o povo organizado através da pressão popular, através de seus parceiros e aliados, é capaz de garantir uma reparação justa, um processo justo.

Deste modo, a exposição de diferentes grupos sociais tratados de maneira genérica como parte da "população" torna os efeitos do rompimento apenas como dados estatísticos. A forma de definir e categorizar os atingidos por impactos ambientais demonstra a maneira com que o Estado e empresa em busca de um "progresso nacional" recai sobre grupos, por vezes, com restritos poderes político-econômico caracterizando um processo de injustiça ambiental. Assim, na perspectiva do racismo ambiental a desigualdade racial, social e econômica refletida e reforçada pelo rompimento da barragem de Fundão acentua as injustiças ambientais, reflexo de um modo de produção incessante na busca pelo lucro.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*. Estudos avançados. vol.24 no.68 São Paulo 2010, p.103-119.



ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B.; (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte e São Paulo: Autêntica Editora, 2005. p.7-8.

ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental e construção social do risco*. Desenvolvimento e Meio ambiente. n. 5. Editora UFPR. p. 49-60, 2002.

ALMEIDA, S. L.. *O que é racismo estrutural?* 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018. v. 1. 204p.

BULLARD, Robert. *Ética e racismo ambiental*. Revista Eco 21, ano XV, Nº 98, janeiro/2005. Acessado em 20 agosto de 2018 em <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos\\_educativos/etica\\_e\\_racismo\\_ambiental.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html)>.

CARNEIRO, Camilla; STEPHAN, Ítalo. *Barra Longa já não é mais a mesma. O colapso da barragem da mineradora Samarco e a tragédia ambiental*. Minha Cidade, São Paulo, ano 16, n. 192.03, Vitruvius, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.192/6095>>.

COSTA et al. *A Tragédia Do Rio Doce: A Lama, O Povo e a Água. Relatório de Campo e Interpretações Preliminares Sobre as Consequências do Rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão (Samarco/Vale/Bhp)*. Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Edição Especial. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2016.

GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

LEROY, Jean Pierre. *Flexibilização de direitos e justiça ambiental*. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MARQUES, M; NOGUEIRA, S. *De quem é essa terra? Os impactos sócios espaciais da mineração pós-rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG*. Ouro Preto, 2017.

MIRANDA, A.P.M. *Movimentos Sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do estado*. Lex Humana, Universidade Católica de Petrópolis, nº 1. Petrópolis, 2009. p. 218-237.

\_\_\_\_\_. *O que É Justiça Ambiental*. In: Acselrad, Henri; Mello, Cecilia Campello do Amaral; Bezerra, Gustavo das Neves. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WANDERLEY, L.J. *Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica*. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2015.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (ORGS.) *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá, PA. Editorial Iguana, 2016. 237 p.